

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 045

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
04 DE MAIO DE 2000**

*(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Augustinho Zucchi.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

Senhor Presidente.

Por intermédio deste, gostaria de indicar o deputado Antonio Carlos Baratter para compor a Comissão permanente de tomada de contas desta Casa.

Esta indicação se faz necessária pois o membro desta comissão, deputado José Maria Ferreira, assumiu a 2ª vice-presidência e o suplente, deputado Luiz Fernandes Litro da Silva, se licenciou por motivos de saúde.

Sem mais para o momento, reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

Líder do PSDB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 720**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Êrcio dos Santos Boregas, falecido no dia 03 de maio, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 725**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Edwiges Walecki Kindziera, ocorrido na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada ao viúvo senhor Mariano Kindziera na localidade de Faxinal de Catanduvas, CEP 84470-000, município de Cândido de Abreu-Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 718**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Antonia Guin Franzato, falecida no último dia 29 de abril, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 719**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Valdivino Fantini, falecido no último dia 01 de maio, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 731

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Justina Rech Weber, ocorrido em 27 de abril no município de Mercedes.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor Fridolino Weber e família, através de correspondência a ser encaminhada para o município de Mercedes, CEP 85998-000-Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) ADEMIR BIER

## REQUERIMENTO Nº 726

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à diretora do Colégio Estadual Idália Rocha, senhora Sandra Maria Rodrigues do Nascimento, alusivos a realização da X Gindália, que ocorreu de 26/04 a 01/05.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenagem, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Castelo Branco, 875, CEP 86870-000, município de Ivaiporã-Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Idália Rocha - Ensino Fundamental e Médio, alusivos a realização da X Gindália, que ocorreu de 26/04 a 01/05.

Requer ainda que do presente se dê ciência a diretora senhora Sandra Maria Rodrigues Nascimento, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Castelo Branco, 875, CEP 86870-000, município de Ivaiporã-Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Sociedade São Vicente de Paulo, pela comemoração dos seus 167 anos.

Presente desde 1916 a sociedade procura auxiliar pessoas carentes e conta atualmente com 58 conferências

na Diocese local. Em sua estrutura, a sociedade conta com 10 conselhos particulares, um conselho central, quatro asilos com aproximadamente 300 internos, quatro vilas Vicentinas, o hospital Vicentino e a Casa da Menina Santa Luzia de Marilac, que atende meninas encaminhadas pelo Conselho Tutelar.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Sociedade São Vicente de Paulo, em nome dos Diretores e todos os funcionários, na Rua Coronel Dulcídio, 637, 1º andar, Caixa Postal 622, Ponta Grossa-PR, CEP 84010-280.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelo 64º aniversário do município de Uraí, comemorado em data de 05 de maio do corrente ano.

Requer ainda seja dado ciência ao senhor Susumo Itimura, prefeito municipal e aos vereadores através da Câmara Municipal daquela localidade.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

## JUSTIFICATIVA:

O nome “Uraí” é de origem Tupi, representando denominação de planta do qual se extrai o “curare”, veneno de alto poder e ação direta no sangue. Constitui homenagem da colônia japonesa, ao tempo de Pirianito, aos primeiros habitantes da região, os povos indígenas.

A ocupação da gleba onde situa-se Uraí foi inicialmente realizada através de uma Companhia Colonizadora em maio de 1936. A região de Uraí possuía densas matas o que possibilitou grande exploração madeireira com vistas ao abastecimento do mercado local e principalmente exportação. Após o ciclo da madeira, veio o ciclo do café, predominando, posteriormente, a cultura do rami o que lhe confere, a década de 80 a denominação de Capital Mundial do Rami. Criado através da Lei Estadual nº 02, de 10 de outubro de 1947, sendo desmembrado de Assaí.

Região de clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C, e a dos meses mais frios é inferior a 18°C.

A cultura cafeeira deu estabilidade ao município, seguido do algodão.

Uraí atualmente pertence à Microrregião 06 (Amunop). A Câmara Municipal está composta pelos seguintes vereadores: Edno Depauli, Alcídio Feliciano Leite, Clóvis Roberto Doneze, Nilza Pereira Bodelão, Leonardo Vince, Alcides Braga, Richard Camargo Portugal, Jaime Comar e Donizete Ruiz Pinha.

Ressaltamos a importância de prestarmos essa homenagem aos uraienses, que contribuem através de seu trabalho, para o progresso de seu município.

#### REQUERIMENTO Nº 729

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e à secretária de Estado da Educação, solicitando a volta dos estudos religiosos nas Escolas Estaduais do Estado.

Embora previsto por lei, o ensino religioso em nível médio acabou sendo excluído da grade curricular dos estabelecimentos de ensino em todo o Estado. Esta é uma realidade que precisa ser revista, associando o fato a outras conseqüências que afetam a estrutura social, como a desagregação da família e o domínio das drogas sobre a juventude - resultados da falta de uma formação religiosa.

O artigo 210 da Constituição Federal, referendado pelo artigo 183 da Federação Estadual, assegura que o ensino religioso é um direito do cidadão. A Lei Complementar nº 9475/97, de 22 de julho de 1997, acrescenta que o ensino, que era de caráter gratuito, passa a ser pago obrigatoriamente pelo Estado.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 730

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares, solicitando mais uma vez providências quanto a falta de homens e viaturas na Polícia Civil de Ponta Grossa.

As investigações necessárias para o esclarecimento dos crimes ocorridos em Ponta Grossa estão estagnadas pela exclusiva falta de condições de trabalho. A Seção de Vigilância e Capturas, responsável pelos crimes contra a vida, escolta e capturas de presos e cumprimento de mandados de prisão, tem mais de 50 casos de morte para apurar. A Seção de Furtos e Roubos, que trata dos crimes contra o patrimônio, tem uma carga de serviço três vezes maior. A SIC e a SFR têm em comum a síndrome da "deficiência estrutural". Com sede em Ponta Grossa e em outras 15 cidades da região, a 13ª SDP necessitaria de 257 homens, segundo estudo realizado com base no tamanho da população e referências para a área de segurança da própria ONU. Somente em Ponta Grossa há entre delegados, escrivães, investigadores e funcionários do quadro geral do Estado, um efetivo de 50 homens. O ideal seriam de 100.

A carência não é apenas de pessoal. De acordo com um relatório apresentado sobre a atual situação da frota da 13ª Subdivisão Policial, 70% dos carros precisam

de conserto; 20% estão em condições regulares e apenas 10% têm condições de uso. A frota atual é composta de 18 carros e duas motocicletas, sendo cinco deles definidos como "regulares" e apenas dois são citados como "bons". Um desses carros "bons" é um Silverado do ano de 98, à disposição da SFR. Um Santana/99 foi batido e encontra-se em Curitiba. Fora esses veículos, a delegacia central não tem nenhum outro em "condições aceitáveis".

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Antônio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura, solicitando instalação de sistema de água na Vila Rural do município de Curiúva, denominada Bela Vista, onde 83 casas foram construídas e várias delas estão sem ser ocupadas devido a falta de água para aquela comunidade.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O governo estadual vem disseminando, através do território paranaense, a construção de Vilas Rurais e tem feito, deste programa, especialmente através da mídia, o exemplo de fixação do homem ao campo. Porém, as informações que colhemos de reclamos e insatisfações em relação à estruturação do Programa de Vilas Rurais, raíam a ausência de planejamento na alocação das Vilas, visto que não dispõem os moradores sequer de água para consumo humano. Já tendo verificado, especialmente entre crianças, algumas doenças oriundas da péssima qualidade da água que vêm consumindo.

Por entender ser mais que justa esta reivindicação, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

#### REQUERIMENTO Nº 723

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações quanto a créditos de ICMS:

- quantos contribuintes possuem créditos de ICMS junto ao Estado; e

- qual o valor distribuído, por área de atividade, segundo a classificação da própria Receita Federal.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo, no final do ano passado, buscado estas informações e recebido a negativa deste Plenário, peço

licença aos companheiros deputados para reapresentar este requerimento.

Em face de constantes reclamações de empresários paranaenses que, impossibilitados de fazer uso do referido crédito, recorrem a outros Estados que vêm honrando com estes créditos, provocando, desta forma, concorrência desleal, com prejuízos para o Paraná e ao próprio esforço do Estado em ampliar as atividades econômicas, é que venho solicitar tais informações.

Por acreditar ser dever desta Casa acompanhar as operações realizadas pela Secretaria da Fazenda, senhor presidente, senhores deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à secretária de Estado da Administração, senhora Maria Eliza Ferraz Paciornik, solicitando as seguintes informações:

- Existem áreas de terra, de propriedade do Estado do Paraná, inclusive das autarquias e das empresas de economia mista, arrendadas à iniciativa privada?

- Em caso afirmativo, quais as áreas, localidade, extensão e fins de uso, e a nomeação dos arrendatários?

- Em caso afirmativo, solicita, também, cópia do contrato celebrado entre o Estado do Paraná, a autarquia, ou a empresa de economia mista e os arrendatários.

O referido pedido justifica-se pela necessidade de reunirmos informações que venham complementar e subsidiar estudo que estamos realizando sobre a questão agrária no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

#### REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, REQUER, ouvido em Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, os textos produzidos pelo jornalista Pedro Washington de Almeida, publicados no Jornal do Estado desta Capital. Requer ainda envio de expediente à Associação Nacional dos Acionistas Minoritários do Bamerindus dando-lhe ciência do que a registramos.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O jornalista Pedro Washington, paulista radicado no Paraná há muitos anos, tem pautado sua ação pela defesa intransigente das causas e coisas deste Estado. Em seus quatro livros já publicados e nos inúmeros artigos inseridos em jornais e revistas regionais revela sempre sua preocupação com as teses paranistas.

Na semana que passou, escreveu em jornal local, uma série de cinco artigos, onde analisa em profundidade, um fato que atingiu a todos nós paranaenses: a

venda do Bamerindus, uma instituição financeira aqui fundada, profundamente identificada com o desenvolvimento de nosso Estado, a uma organização bancária internacional.

Através de uma pesquisa séria, envolvendo todas as etapas da negociação, inclusive com os resultados alcançados pela CPI do Sistema Financeiro, levada a efeito pelo Senado da República, Pedro Washington revela fatos da maior importância que, deixam margem a muita indagação sobre a forma como a venda do Bamerindus foi consumada pelo Banco Central do Brasil.

Em nossa avaliação, venda do Banco Bamerindus autorizada pelo Banco Central do Brasil, não foi precedida de uma justificativa plausível, pois o banco paranaense gozava, à época, de saudável estabilidade no mercado.

Ao surgirem os boatos da liquidação do Bamerindus pelo Banco Central, aderimos a movimento paranista, liderado pelo saudoso deputado Aníbal Khury, juntamente com as mais expressivas lideranças locais para que a operação fosse abortada.

A despeito dos argumentos apresentados à época pelo Banco Central para que a venda se realizasse em benefício do grupo HSBC, somos francamente favoráveis a uma investigação mais profunda sobre essa transação, até hoje suspeita, e que trouxe prejuízos irreparáveis, à economia paranaense e mais diretamente aos acionistas minoritários do Banco Bamerindus.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 133/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual de Recomposição de Passivos Fiscais, objetivando a promover a regularização de créditos do Estado do Paraná, relacionados com o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ICMS.

Parágrafo Único - Todos os contribuintes poderão participar do Programa desta lei, inclusive os beneficiários de parcelamentos de créditos tributários por diplomas legais antecedentes, com parcelas vencidas e (ou) vincendas.

Art. 2º - As empresas interessadas em participar do Programa Estadual de Recomposição de Passivos Fiscais, farão espontaneamente, mediante requerimento junto às fazendárias em seus municípios sede, a opção aos benefícios desta lei, até a data limite de 30 de novembro do corrente ano.

Art. 3º - Os créditos relacionados à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ICMS, serão recalculados, consolidados, anistiados de multa e atualização desta, dos juros, nos termos do regulamento da Lei nº 11.800 de 10 de julho de 1997.

§ 1º - Os débitos de ICMS podem ser parcelados em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, sendo que o valor de cada parcela nunca será superior a 1,2% (um vírgula dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica optante.

§ 2º - Depois de 120 (cento e vinte) meses e na hipótese de remanescer saldo devedor, este deverá ser quitado em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e sucessivas.

§ 3º - O valor de cada parcela mensal de ICMS não será inferior a R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 4º - O saldo devedor consolidado no Programa será atualizado monetariamente de acordo com a variação do Fator de Conversão e Atualização (FCA).

Art. 4º - Os débitos de ICMS podem também ser liquidados mediante compensação com saldos credores de ICMS próprios ou de terceiros, apurados e acumulados na forma da legislação tributária vigente.

Art. 5º - Os débitos em execução fiscal podem ser parcelados nos termos desta lei desde que comprovada a quitação das despesas judiciais, delas excluídos os honorários advocatícios de qualquer natureza.

Art. 6º - O não pagamento de três parcelas sucessivas ou de seis alternadas implica na automática e imediata exigência do saldo do débito tributário, restaurando-se, em relação ainda não paga, todos os acréscimos legais aplicáveis na forma da legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores do ICMS.

Parágrafo único - Serão, também, excluídos do Programa de Parcelamento do ICMS as pessoas jurídicas que adotarem qualquer simulação ou ato tendente a diminuir o valor de seu faturamento.

Art. 7º - Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, a ser apreciado pelo douto Plenário, visa a criar, o Programa Estadual e Recomposição dos Passivos Fiscais, relativos aos créditos de ICMS.

O influxo de receitas mensais do Estado é mensalmente afetado porque muitos contribuintes se

encontram em atraso com seus compromissos fiscais. O projeto, então, caminha na direção de oferecer a chance de os contribuintes inadimplentes porem em dia suas contas derivadas do ICMS. Vai além, ao permitir que contribuintes do ICMS com saldos credores acumulados em suas contas gráficas transacionem seus direitos para dar quitação a débitos próprios ou de outros contribuintes devedores do Estado. Com este último mecanismo, não fica prejudicada a receita corrente do Erário.

De outro lado, permite modular o valor de cada parcela ao nível do faturamento dos contribuintes do ICMS (o limite superior da prestação é de 1,2% (um vírgula dois por cento) do faturamento), de sorte a não interferir no fluxo de caixa, principalmente das empresas que tem forte influência sazonal na composição de suas receitas. De qualquer forma, se forem insuficientes os cento e vinte e quatro meses, porém com valores mensais, iguais e sucessivos.

Outorga, ainda, a possibilidade de os contribuintes optarem pelo regime deste Programa, se os seus efeitos se afigurarem mais vantajosos do que aqueles prescritos em leis anteriores que versam sobre matéria idêntica.

Esperamos obter o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, pois guardamos a certeza de ser ele benéfico às finanças dos contribuintes e do Estado e de permitir, de conseguinte, se retome a atividade econômica devidamente depurada de seus desequilíbrios e desacertos do passado.

#### PROJETO DE LEI Nº 134/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a denominar Via do Conhecimento, o trecho que liga o Trevo da Polícia Rodoviária km 0,0 até o km 3,0 da PR 469, município de Pato Branco, objetivando desta forma alterar a Lei nº 7747 de 13 de outubro de 1983.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No referido trecho da PR 469 estão sendo instalados vários estabelecimentos de ensino, como o Campus da Universidade Federal do Paraná, a Faded (Faculdade de Pato Branco) além dos já instalados como o Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) e o Cetis (Centro Tecnológico e Industrial do Sudoeste do Paraná).

A denominação Via do Conhecimento, tem por objetivo valorizar o projeto multi-institucional que aspira preparar a região do Pato Branco, para um processo de

inovação tecnológica permanente, a partir da articulação entre ensino, pesquisa e empresas, valorizando a integração da tecnologia com o trabalho, bem como, o desenvolvimento urbano e social harmônico.

**PROJETO DE LEI Nº 135/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a custear despesas com exames de DNA (Ácido Desoxirribo Nucleico), para comprovação de paternidade em processos judiciais.

Art. 2º - Somente poderão ser assistidos por esta lei, as pessoas que comprovarem renda igual ou inferior a 4 (quatro) salários mínimos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

**JUSTIFICATIVA:**

Os filhos nascidos fora de uma união legal, são prejudicados em seus direitos por não poderem comprovar laços de paternidade, mais precisamente os direitos de pensão alimentícia e herança. Os prejudicados, não contam com recursos financeiros para custear o exame de DNA, ficando impossível a comprovação de seu parentesco para reclamarem o que é seu de direito e justiça.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres Colegas Parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária e ordem social.

**PROJETO DE LEI Nº 136/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Caminho da Vida Lar Dona Vera, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Caminho da Vida Lar Dona Vera, por ser ela uma entidade sem fins lucrativos, abriga muitas crianças abandonadas por suas famílias, que para lá são mandadas por ordem judicial para serem protegidas até que possam ser adotadas ou se manter por

sua própria conta, sendo que no Lar Dona Vera, elas recebem atenção, educação, religião, saúde, bem como contam com as assistentes sociais para atenderem os seus interesses junto ao Juízo da Infância e Juventude de Curitiba.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária e ordem social.

**PROJETO DE LEI Nº 137/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Jovem de Combate às Drogas - Cejocomd, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro Jovem de Combate às Drogas - Cejocomd, é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 05 de março de 1999, com personalidade jurídica de direito privado e de tempo de duração indeterminado, com sua sede junto à Rua Paranaíba, 357, Vila Mariana, cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. A entidade em epígrafe, vem desenvolvendo um excelente trabalho pautado nos princípios do respeito humano, ampla promoção social, cultural, lazer, hospitalar, odontológica, alimentícia e com ajuda de remédios, buscando sempre a integração do cidadão no mercado de trabalho e junto à sociedade em geral.

Portanto, por entender como justa e meritória a solicitação da referida entidade, e por considerar uma luta árdua e de extrema importância para o município de Ponta Grossa e região, conto com a aprovação da presente lei.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados!

Neste final de semana, esta Casa estará presente no vizinho Estado do Rio Grande do Sul, com uma delegação de deputados fazendo parte da União Nacional dos Legislativos do Brasil.

Nesta oportunidade lá estará nosso companheiro 1º vice-presidente da Unale, oferecendo seu nome, seu trabalho, e dando aquilo que lhe é peculiar que é a dedicação, a honradez e principalmente a sua competência a

todos os Legislativos do Brasil, oferecendo seu nome como candidato a presidente daquela instituição.

Tenho certeza que, pelo trabalho demonstrado por este nosso companheiro naquela primeira oportunidade, quando da formação do Conselho Parlamentar do Sul, quando o Mercosul estava iniciando seus primeiros passos e teve, nesta pessoa, o suporte. O deputado Orlando Pessuti dava, naquela oportunidade a sua participação, juntamente com representantes desta Casa e dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nas decisões que eram tão somente tomadas em Brasília.

Quanto aos produtos a serem isentados daquela tributação federal nas nossas fronteiras, não havia consulta a Estado nenhum e muito menos aos nossos Estados do Sul. Faziam em Brasília, num sentido aleatório, não conheciam a realidade e muito menos tinham a capacidade de gerenciar aquilo que era do nosso interesse.

Foi o início do Conselho Parlamentar do Sul que Orlando Pessuti com outros companheiros destes quatro Estados, fizeram sentir aos quatro governadores e fizeram ser obrigados pelo governo federal e pelo Itamarati e seu Ministério de Relações Exteriores, que somos nós que legislamos e oferecemos a oportunidade de que esta lei seja cada dia mais aprimorada e principalmente no sentido econômico, seja de interesse dos nossos Estados e da nossa Nação.

Passou o Conselho parlamentar do Sul, veio outra instituição e o Orlando Pessuti continuou junto, representando esta Casa. Agora, já na presidência do ilustre deputado Nelson Justus, que de perto esteve presente em todas as oportunidades, juntamente com o Orlando Pessuti, fez valer a voz do Paraná no interesse do nosso Estado.

Por isso, tenho a satisfação e o orgulho de ir participar em Gramado e oferecer o nome do nosso companheiro Orlando Pessuti que além da sua capacidade, seu trabalho realizado, terá a oportunidade de dar a este Brasil o testemunho de que no Paraná temos gente competente para valer mais ainda a representação dos Poderes Legislativos desta Nação.

Iremos congregiar todo o Brasil, iremos fazer com que a Unale seja mais participativa. Todos os presidentes que até hoje desenvolveram seu trabalho, procuraram dar maior representatividade, mas tenho certeza que somando a tudo isso que já é a Unale, o nosso candidato Orlando Pessuti fará valer o orgulho de sermos paranaenses.

Tenho certeza, - e aqui me estendo à imprensa falada, escrita e televisada -, que se sairmos vitoriosos com o deputado Orlando Pessuti, vocês terão também a oportunidade de transcrever, informar, divulgar que realmente os Poderes Legislativos desta Nação estão entregues em boas, honradas e capacitadas mãos.

Quero, ao finalizar, mais uma vez cumprimentar a Mesa Executiva desta Casa por dar a oportunidade e já deu todo o amparo legal para que o Pessuti e os represen-

tantes desta Casa participem votem e vamos ganhar porque com o Pessuti quem ganha não é o Parlamento, mas o Paraná e, principalmente o setor sul e todo o Brasil.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência cumprimenta o deputado Luiz Carlos Zuk pelo pronunciamento, em boa hora, que faz ao candidato paranaense às eleições da Unale neste final de semana.

E, sem dúvida nenhuma, uma comitiva de deputados estará lá não só para prestigiar e votar no deputado Orlando Pessuti, mas, justamente, mostrar o prestígio e a força do parlamento estadual paranaense representado por este deputado que, desde o início, tem sido o representante da Assembléia da Unale, em que pese não ser o presidente de plantão da Assembléia.

O deputado Pessuti tem sido o nosso representante ao longo dos anos na Unale, e, nada mais justo do que presidir esta entidade de tamanha importância e torcemos para que a eleição transcorra normalmente e que o resultado das pesquisas que indicam larga vantagem ao nosso Pessuti, se confirme.

Vamos estar lá para constatar *in loco* esta vitória do Pessuti que será, para nós, de muita importância.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero agradecer as palavras do deputado Luiz Carlos Zuk, e, tenho certeza que são palavras, a exemplo das palavras de Vossa Excelência, presidente Nelson Justus, que representam o conjunto desta Assembléia neste momento de desafios novos em nossa vida parlamentar.

Antes da nossa atuação na Unale, que começa por volta de 1995, quando a entidade foi fundada, em Belém do Pará, fruto da extinção da UPI e do Colégio de Presidentes, unificando-se todos, deputados estaduais e Assembléia Legislativa, dentro da União Nacional de Legislativos Estaduais, nós já tínhamos tido oportunidade de participar ativamente da UPI - União Parlamentar Interestadual e também do Colégio de Presidentes, quando presidente desta Casa fomos. E, naquela questão da nossa participação na UPI, devo aqui registrar da satisfação que tive em lá ingressar, pelas mãos do nosso presidente da época, deputado Antonio Martins Annibelli. Deputados Antonio Martins Annibelli, Caíto Quintana, Ezequias Losso, e especialmente Luiz Alberto Martins de Oliveira, tinham uma participação muito ativa e efetiva na UPI. Então, atendendo a um chamado do companheiro Antonio Martins Annibelli, passamos a integrar e a participação da UPI, e da UPI fomos para o Conselho Parlamentar do Sul, aqui lembrado pelo nobre deputado Luiz Carlos Zuk, para o Parlasul, agora, cuja participação do nosso presidente, Nelson Justus, nosso vice-presidente



José Maria Ferreira, tem sido destacada nas reuniões desta entidade.

Em função desta participação nossa, acabamos na Conferência do Recife, no ano passado, sendo eleito 1º vice-presidente e participando da diretoria executiva da União Nacional dos Legislativos Estaduais na condição de 1º vice-presidente e acabamos por angariar, evidentemente, a simpatia e o respeito de companheiro de todo o Brasil e fomos, ao longo deste ano, estimulados a disputar a eleição no próximo dia 7, na condição de candidato a presidente.

Quero, de antemão, agradecer a Vossa Excelência, presidente Nelson Justus, ao nosso 1º secretário, Hermas Brandão, nosso 2º secretário, Augustinho Zucchi; aos assessores desta Casa, que têm emprestado a esta Conferência todo o apoio e o respeito que esta conferência merece receber de todos nós. Agradecer a todos os senhores deputados, aqueles que não podem comparecer pelos seus compromissos, e entendemos isso, porque nós também, quantas vezes deixamos de comparecer a eventos da maior importância, porque tínhamos outros compromissos também importantes. Então, os deputados que não puderem comparecer, representando o Paraná, levando não só o seu voto, mas acima de tudo o seu estímulo e seu apoio, nesta hora em que o Paraná se coloca numa posição de vanguarda perante todas as Assembléias Legislativas de todo o Brasil, eu agradeço aqueles que não podem ir, mas que certamente estão torcendo e porque não dizer, fazendo suas preces para que tudo corra bem para aqueles que lá forem.

Aos que lá comparecerem, também agradeço. E na pessoa dos deputados Ademir Bier e Cesar Seleme, quero agradecer a todos aqueles que estão neste trabalho de organização da equipe da representação paranaense. Eu sei que os deputados Seleme e Ademir Bier, junto com os assessores da Presidência, das 1ª e 2ª Secretarias, têm realmente feito um trabalho muito grande, porque é difícil você organizar um grupo de pessoas para participar de um determinado compromisso, porque cada um de nós tem uma agenda. E ajustar a agenda de cada um, agenda de compromissos políticos, agenda de compromissos familiares e pessoais, fica realmente difícil ajustar tudo isso, conciliando horário de vôo, hotel, dias de permanência, conciliando todos os interesses que nos cercam no dia-a-dia.

Quero, ao final, senhor presidente, e vou encaminhar à Mesa para que a Mesa assim o determine, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje a programação do encontro, da nossa 4ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, que tem como tema “Desafios do Parlamento na era digital”, para que fique registrado nos Anais da Assembléia o conteúdo e a importância deste evento, que tem a participação de representantes não só do Brasil. Nós hoje já temos confirmada a presença de representantes de vinte e cinco das vinte e sete Assembléias.

Não temos ainda confirmação de representação de Alagoas e do Amapá. De todos os outros Estados já

temos comitivas organizadas, valendo aqui destacar a comitiva do Acre, com 21 parlamentares, e a comitiva do Mato Grosso, com catorze parlamentares; a comitiva do Rio de Janeiro, com vinte e cinco parlamentares; a comitiva do Distrito Federal, com vinte parlamentares; além, evidentemente, de assessores que a exemplo desta Casa irão à conferência, porque é uma conferência para parlamentares, mas também evidentemente para assessores legislativos, porque afinal de contas o nosso trabalho também depende de muitas vezes da assessoria legislativa. Mas, além deste pessoal da área brasileira, das Assembléias brasileiras, nós temos representações de outros países. Temos a representação da Argentina, dos Estados Unidos, do Canadá, da África do Sul, que estarão presentes, estabelecendo intercâmbios conosco, União Nacional dos Legislativos Estaduais, até porque encontros e reuniões tanto com os parlamentares de Quebec, com os parlamentares dos Estados Unidos já vêm acontecendo há alguns anos, e a tendência é aprimorar-se este relacionamento na troca de experiência e informações. No caso da Argentina tem sido muito presente a sua participação quando das reuniões do Parlasul, nós com o nosso Parlasul e eles com o Crecenea que é o Parlasul norte da Argentina.

Então, faço este agradecimento a todos os parlamentares, aos funcionários desta Casa, e tenho certeza que este será mais um desafio em nossa vida parlamentar e tudo faremos pelo engrandecimento da figura do parlamentar em si, da discussão de suas necessidades, dos seus problemas, dos seus ideais e também porque não e principalmente trabalhar em favor do fortalecimento, engrandecimento do Poder Legislativo na permanência dos espaços já conquistados e na ampliação dos espaços que queremos conquistar. E Vossa Excelência que participou conosco de um almoço na casa de Michel Temer, que depois tivemos reuniões no Senado e na Câmara dos Deputados, sabe que a cada dia que passa mais as Assembléias Legislativas, enquanto instituições representativas, cada uma do seu Estado, possam ser ouvidas, possam se manifestar perante as comissões e até mesmo perante o plenário, quando assuntos de importância e que tenha interesses repercutindo em cada um dos Estados lá estejam discutindo.

Vejam, por exemplo, nós temos a discussão da reforma tributária. Qual o espaço que se abre às Assembléias? E uma discussão de forma tributária pesa aos ombros dos Estados e municípios. Recentemente se votou uma reforma administrativa. Muda pelo avesso a vida de um Estado e as Assembléias não são chamadas. Discute-se uma lei de previdência e não se oferece um espaço para que as Assembléias discutam. Vota-se no Congresso um código de trânsito brasileiro e aí temos que assistir uma legislação valendo lá para Dr. Ulisses, lá para Barra do Jacaré, lá para Jardim Alegre, aqui para Curitiba, para São Paulo e valendo lá para a longínqua Labria, nos fundos do Amazonas, onde certamente o veículo utilizado é uma canoa, um barco, e que muitas

vezes não tem uma diferenciação de legislação na área do trânsito para o Amazonas e para o Estado do Paraná, como é o caso das leis ambientais. Nessas reuniões das quais temos participado e o deputado Algaci Tulio participou conosco lá em Cuiabá, deputado Zé Maria, Ademir Bier, Cesar Seleme participaram conosco em Maus quando se falava do pacto amazônico, a questão mais levantada foi o problema de Roraima na questão ambiental e principalmente na questão indígena que é uma coisa que extrapola a qualquer outro interesse dentro daquele Estado. E é evidente que muitas vezes se vota uma lei regulando as questões do meio ambiente sem que as Assembléias sejam ouvidas, basta ver o que aconteceu no Estado do Paraná quando se votou legislação, quando se expediu decretos estabelecendo que a Mata Atlântica ia do litoral paranaense às margens do rio Paraná.

Quer dizer, coisas que não conferem com a nossa realidade, com a nossa particularidade, e que muitas vezes seriam evitadas e corrigidas se lá a presença da Assembléia Legislativa fosse assegurada.

Então, isso estamos ajustando com o Michel Temer, com o Antonio Carlos Magalhães. Já na questão da lei da responsabilidade fiscal, a nossa entidade, UNALE, presidentes de Assembléias tiveram espaço para se pronunciar na Comissão de Assuntos Econômicos presidida pelo senador Nei Suassuna, da Paraíba.

Então estamos avançando e avançando no sentido de que o Parlamento Estadual seja valorizado.

Esta é a nossa luta, esta é a nossa missão valorizar o Parlamento Estadual, ampliar os espaços dentro da capacidade de legislar dos Parlamentos Estaduais para que possamos sair desse aperto, dessa prensa em que fomos colocados, de um lado pela Constituição e pela Legislação Federal que nos proíbe de muitas coisas, de outro lado pela autonomia dos Municípios que nos proíbe também de agir em outro sentido.

Então vamos a essa luta, buscando a interligação através da informática das Assembléias Legislativas.

E no caso do Paraná, presidente Nelson Justus, quero lhe cumprimentar e ao deputado José Maria que coordena esse trabalho, porque sabemos que vêm avançando esses estudos, e evidentemente nós, nesse momento em que o mundo conversa de uma casa com a outra, de um estabelecimento comercial com o outro, do outro lado do planeta, nós não podemos mais viver fora dessa era da informatização, da internet, da informática como um todo, e eu tenho certeza que não só esta Assembléia estará sendo informatizada, mas estará se interligando através do Interlegis, ao Prodazen e ao Congresso Nacional, e através do Prolégis, que é um programa interno da União Nacional dos Legislativos Estaduais, se interligando com outras Assembléias para que a gente possa, o Paraná, conversar com o Amapá, com o Pará, com o Piauí, com o Acre, da mesma forma que nós conversamos aqui com o outro apertando apenas alguns botões de um teclado de computador, isso nós vamos avançar. E vamos avançar, sim, na busca de conquistar

para o deputado estadual, algumas garantias que ele não possui hoje. Nós temos que enfrentar com tranquilidade, com serenidade, a discussão da questão previdência parlamentar, nós não queremos discutir nenhuma coisa que se possa parecer um privilégio, não temos mais espaços constitucionais e legais para discutir uma previdência parlamentar que possa parecer um privilégio ao deputado, ao congressista, mas nós não podemos impedir que o parlamentar estadual, que deixa todas as suas atividades que abandona todas as suas possibilidades de retornar com sucesso à sua atividade profissional, que ele, neste período que exerce o mandato de parlamentar, seja excluído, banido, impedido de participar de qualquer sistema de previdência sobre o discurso já cansado de que é um privilégio, de que é um benefício no qual os deputados não podem nele estar avançando esses estudos, e evidentemente nós, nesse momento em que o mundo conversa de uma casa com a outra, de um estabelecimento comercial com o outro, do outro lado do planeta, nós não podemos viver fora dessa era da informatização, da internet, da informática como um todo, e eu tenho certeza que não só esta Assembléia estará sendo informatizada, mas estará se interligando através do Interlegis, ao Prodazen e ao Congresso Nacional, e através do Prolégis, que é um programa interno da União Nacional dos Legislativos Estaduais, se interligando com outras Assembléias para que a gente possa, o Paraná, conversar com o Amapá, com o Pará, com o Piauí, com o Acre, da mesma forma que nós conversamos aqui com o outro apertando apenas alguns botões de um teclado de computador, isso nós vamos avançar. E vamos avançar, sim, na busca de conquistar para o deputado estadual, algumas garantias que ele não possui hoje. Nós temos que enfrentar com tranquilidade, com serenidade, a discussão da questão previdência do parlamentar, nós não queremos discutir nenhuma coisa que se possa parecer um privilégio, não temos mais espaços constitucionais e legais para discutir uma previdência parlamentar que possa parecer um privilégio ao deputado, o congressista, mas não podemos impedir que o parlamentar estadual, que deixa todas as suas atividades que abandona todas as suas possibilidades de retornar com sucesso à sua atividade profissional, que ele neste período que exerce o mandato de parlamentar, seja excluído, banido, impedido de participar de qualquer sistema de previdência sobre o discurso já cansado de que é um privilégio, de que é um benefício, no qual os deputados não podem nele estar inseridos.

Quando nós discutimos aqui o Paraná Previdência nós colocamos a nossa contrariedade contra um modelo que se implantava de Previdência Pública no Estado do Paraná, porque entendíamos que ela devia ser de fato e verdadeiramente numa previdência pública, não uma entidade, um serviço social autônomo como se pretende no Paraná Previdência.

Mas, dentro do Paraná Previdência, colocamos lá, num trabalho desenvolvido pelos parlamentares, e com a

aquiescência, na ocasião do Follador, secretário para assuntos de Previdência do Estado, um dispositivo onde pode a Assembléia Legislativa estabelecer o seu plano previdenciário, para os seus parlamentares e funcionários, assessores dos parlamentares e esse plano previdenciário ser negociado e conveniado com o Paraná Previdência.

Vamos discutir isso com interesse e com cuidado, a questão da saúde e da vida do parlamentar e de sua família, vamos trabalhar para que isso seja cuidado, para que dissabores não venham acontecer na vida dos familiares, quando um parlamentar possa ou não deixar de existir.

Agora mesmo, em fevereiro, no dia 24 e 25 estive, em Brasília, com o deputado Arnóbio de Abreu, do Rio Grande do Norte, meu amigo do primeiro mandato, depois foi ser prefeito, deputado federal, secretário de Estado e voltou a ser deputado estadual.

Jantamos, conversamos, batemos papo. Ele retornou a sua cidade e três dias depois teve um enfarto e faleceu. Ele, lá em Brasília estava justamente defendendo conosco a questão da mútua-parlamentar, do Fundo de Assistência Parlamentar, só que ele não tinha se inscrito nesse fundo e a sua família deixou de ser amparada, como foi a família do deputado Aníbal Khury, no seu falecimento.

Vamos cuidar para que todos possam ter essa assistência.

Quero registrar senhor presidente, que o deputado Seleme fez um trabalho intenso, ao longo desses três, quatro meses, na condição de diretor regional Sul, da nossa entidade a Unale e conseguiu junto com Vossa Excelência e com o 1º secretário Hermas Brandão, que todos os parlamentares pudessem assinar um seguro coletivo, de todos nós, deputados, como uma entidade financeira, pagando uma quantia bastante pequena, se comparada com aquela que cada um tem pago em outros tipos e modalidades de seguro.

São coisas que estão se fazendo, para se resguardar a integridade do parlamentar.

O mais importante e significativo que queremos fazer é justamente valorizar o Poder Legislativo, a sua interligação e informatização, a abertura das Assembléias perante à sociedade, e fazer com que cada vez mais o Parlamento seja respeitado por todos, porque todos temos consciência, que é o poder que mais se preocupa com as questões da população, que mais transparente já é nas suas ações, mas é o que hoje tem o menor índice de aprovação, perante à população, talvez porque não nos agrupamos e não tenhamos tomado os devidos cuidados na nossa atuação do dia-a-dia.

Concedo ao deputado Nereu, antes de finalizar, o aparte que me pediu.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Antes do aparte do deputado Nereu Moura, esta Presidência registra com satisfação a presença dos alunos

do Colégio Sion, aqui, nesta Casa. Sejam sempre bem-vindos. É um privilégio tê-los, nesta manhã.

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

**O Sr. Nereu Moura**

Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência é um dos grandes talentos deste Parlamento do Paraná. E isso está aprovado com a liderança que Vossa Excelência possui a nível nacional. Devagarinho, com paciência, com cautela e com muita competência, Vossa Excelência foi trilhando esse caminho difícil, para conseguir se notabilizar como um deputado firme, corajoso, de posições, sério, representando com orgulho a nossa Assembléia e o Estado do Paraná.

Em nome do PMDB, deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência não imagina o orgulho para nós, não só como peemedebista, mas como parlamentar desta Casa, o conjunto desta Assembléia, de tê-lo na condição de líder dos deputados estaduais do Brasil.

Vossa Excelência, com muita competência, um homem traquejado, de tantos e tantos anos de vida pública, soube ir conquistando a simpatia, marcando a sua posição firme, que fez com que hoje, se tornasse um candidato forte a presidente da Unale.

Imagino e esperamos que nem concorrência tenha, para a satisfação do povo do Paraná e para nós, afim de que Vossa Excelência seja conduzido a presidência da Unale, e lá tenha as condições de colocar em prática este programa de governo que está defendendo.

Quero usar este aparte ao seu pronunciamento para manifestar o nosso sentimento de satisfação, de alegria e entusiasmo, de tê-lo como companheiro de Partido, de tê-lo como colega deputado e de ver o crescimento de Vossa Excelência ao longo dos anos de vida pública, coroando agora com a possível eleição da Unale, que deverá ocorrer lá no Rio Grande do Sul.

Receba, deputado, nossos parabéns e os votos de sucesso nesta empreitada.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Muito obrigado, deputado Nereu Moura, muito obrigado a todos os deputados, pela atenção. Nosso cumprimento aos alunos do Colégio Sion e a certeza, senhor presidente, que a exemplo do que faz uma Ordem dos Advogados do Brasil, uma Associação Médica Brasileira, uma Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que buscam, através de suas entidades nacionais, exercer representação, através dos segmentos que elas estão afetadas, nós da União Nacional dos Legislativos Estaduais, também procuraremos fazer com que as 27 Assembléias do Brasil e os 1059 deputados estaduais estejam representados pela nossa entidade e pela diretoria que vai ser eleita, no próximo domingo, dia 7, no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao Pastor Edson Praczyk, ainda no Pequeno Expediente.

#### O PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, deputado Nelson Justus, senhores deputados, senhoras e senhores.

Ocupo esta tribuna, na manhã de hoje, na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos, para ficar registrado nos Anais desta Casa, a convocação para o próximo dia 10, quarta-feira, reunião da Comissão de Direitos Humanos, com a presença simultânea dos titulares e dos suplentes.

Aproveita o ensejo para estender também o convite para que a imprensa esteja presente para prestarmos cooperação e ajudarmos nessa atual situação que se desencadeou, do conflito dos policiais militares e os sem-terra. Porque, por um lado, compreendemos a importância deste acompanhamento por parte dos que defendem os direitos humanos, tanto dos sem-terra como também dos policiais militares, porque em ambos os lados existem pessoas que foram gravemente feridas, PMs que foram feridos e sem-terras que também foram feridos. Então, nitidamente, se atingiu, se conflitou os direitos humanos de ambas as partes.

Então, na qualidade de presidente desta comissão e de comum acordo com os deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Alborghetti, Takayama, Beto Richa, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Cesar Seleme, Tiago Amorim Novaes, Edgar Bueno e Augustinho Zucchi, que são os deputados que compõe esta comissão, como titulares e também como suplentes.

Esta convocação é extremamente importante, a presença dos nobres pares também importante para que possamos cooperar com os órgãos competentes e interessados envolvidos, para defendermos os direitos humanos. Senhor presidente, faço esta convocação verbal, já está sendo encaminhada para cada parlamentar, para que seja protocolada e para que possamos cooperar, uma vez que temos sido cobrados e primeiramente darmos satisfação à sociedade, à imprensa e também os nobres pares.

Era o que eu queria comentar e agradeço a atenção de todos os senhores.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PSDB, PST, PSL, PSB, PFL, PT, PPB, PTB, Liderança da Oposição e Liderança do Governo.

**(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente, subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para compor a Comissão Permanente de Tomada de Contas desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 142/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que instituiu a Região Metropolitana de Londrina. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 142/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Londrina, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Tamarana e Bela Vista do Paraíso.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 638/99, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que concede o

título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná *post mortem* ao doutor Fernando de Gama e Souza. **Aprovado.**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 010/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que institui no calendário de eventos do Estado do Paraná, o Dia do Cigano. **Aprovado.**

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 028/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras para o município de Santa Tereza do Oeste e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 028/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Santa Tereza do Oeste, o lote urbano nº 01, da Quadra 93, do loteamento denominado Cidade e Chácaras de Santa Tereza, situado no município de Santa Tereza do Oeste, Comarca de Cascavel, com área de 525 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, conforme escritura pública de compra e venda, doação, registrada no Livro de Escrituras E/02, as folhas 16, 16vº e 17, no Ofício de Notas do município de Santa Tereza do Oeste, Comarca de Cascavel.

Parágrafo Único - O imóvel que se refere ao artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Santa Tereza do Oeste, para continuar o funcionamento do Posto de Saúde. O referido município não poderá dar outra destinação ao lote de terreno, sob pena desta doação tornar-se sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando, ainda, gravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece plano de comprometimento de renda para contratos de financiamentos habitacionais pela Cohapar e Cohab e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE

TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que cria o polo turístico do Norte do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., COM SUBSTITUTIVO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNOS EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2000, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto José Belinati, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/2000, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Terceira Idade - Acodeti, com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2000, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que autoriza o governo estadual a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Manguelrinha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, que disciplina a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/99, de autoria do deputado Élio Lino Rusch, que inclui o município de Guaraniaçu ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 188, de 07.12.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 640/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Élio Rusch, tem por objetivo incluir o município de Guaraniaçu ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de Parecer Favorável na forma de emenda coretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**EMENDA CORRETIVA AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 640/99**

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 640/99 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica incluído o município de Guaraniaçu na abrangência do Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente;  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Ademir Bier, Durval Amaral, Pastor Edson Praczyk, Moysés Leônidas, Hermes Fonseca e 1 ilegível.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,**  
**CULTURA E ESPORTES**  
**PROJETO DE LEI Nº 640/99**

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo incluir o município de Guaraniaçu ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Sobre a referida matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o que preceitua o § 7º do art. 33 do regimento Interno desta Casa, emite seu Parecer Favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pelo autor do referido projeto de lei, pois a citada emenda, além de estar mais consciente, está mais adequada a técnica legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.02.2000.

(a) IRINEU COLOMBO  
Presidente e Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,**  
**CULTURA E ESPORTES**  
**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 640/99**

Art. 1º - Fica excluído o município de Guaraniaçu da abrangência da Região Administrativa de Laranjeiras do Sul, e incluído o referido município de Guaraniaçu na Região Administrativa de Cascavel e nos Núcleos Regionais do Governo do Estado com sede em Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.02.2000.

(a) ÉLIO RUSCH

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Marialva, com sede e foro no município de Marialva. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165, de 16.11.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 569/99**

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública estadual o Sindicato Rural de Marialva, com sede e foro no município de Marialva - Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/00, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Túlio Vargas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 004, de 21.02.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 026/00**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Túlio Vargas.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

## ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/00, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/00, que autoriza o Poder Executivo a anuir na permuta de imóveis que o município de Toledo pretende fazer utilizando em tal procedimento imóvel que lhe foi doado pelo Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 037, de 24.04.2000 - mens.).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 077/00

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 007/00, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a anuir na permuta de imóveis que o município de Toledo pretende fazer utilizando em tal procedimento imóveis que lhe foi doado pelo Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 717, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 718 a 720, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 723, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os senhores deputados que aprovam queiram levantar-se.

- Nove (09) senhores deputados aprovam o requerimento.

Os senhores deputados que rejeitam queiram levantar-se.

- Sete (07) senhores deputados, rejeitam.

Não há realmente quórum para a deliberação e nem para o prosseguimento da sessão.

Requerimento nº 736, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 725 a 727, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 728 a 730, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 731, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 735, de autoria do senhor deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 737, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nesta condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 085/99, 016, 039, 058, 107 e 113/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 640, 569/99 e 026 e 077/2000.

Levanta-se a sessão.

## Pedido de Adesão:

### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Rosa Conceição de Souza, matrícula 40678, endereço Rua Chile, 707, Jardim Alvorada, cidade de Maringá, CEP: 87033-470 - PR, remuneração mensal estimada R\$400,00, CPF: 527.430.399-49, data de nascimento: 04/10/65.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3647)

Curitiba, em 02.05.2000.

(a) Rosa Conceição de Souza